



SOCIEDADE AMIGOS DA MARINHA de Campinas

Fundada em 09/09/1982

MARINHA, 18 PORTAS DE ENTRADA

Ensino Fundamental

- ✓ Colégio Naval

Ensino Médio

- ✓ Escola Naval
- ✓ Escola Aprendizes-Marinheiros

- ✓ Sargento Músico Fuzileiro Naval
- ✓ Soldado Fuzileiro Naval

Ensino Médio de Nível Técnico

- ✓ Corpo Auxiliar de Praças
- ✓ Quadro Técnico de Praças da Armada
- ✓ Serviço Militar Voluntário para Praças (SMV-RM2)

Ensino Superior

- ✓ Corpo de Saúde – Médicos
- ✓ Corpo de Saúde – Cirurgiões-Dentistas
- ✓ Corpo de Saúde – Apoio à Saúde
- ✓ Corpo de Engenheiros
- ✓ Quadro Técnico
- ✓ Quadro Complementar da Armada
- ✓ Quadro Complementar de Fuzileiros Navais
- ✓ Quadro Complementar de Intendentes
- ✓ Capelão Naval
- ✓ Serviço Militar Voluntário para Oficiais (SMV-RM2)



/ingressonamarinha



Sociedade Amigos da Marinha de Campinas

Acesse nossa página: www.soamarcampinas.org.br

E-mail: soamar@soamarcampinas.org.br

Telefones: +55 19 9 81427419.

Presidente SOAMAR Campinas: Christiane Chuffi.

Produção e divulgação: Presidente Christiane Chuffi

Colaboração: CMG (RM1) Ronald dos Santos Santiago.

RUÍNAS DO FORTE DO LEME EM ANGRA DOS REIS

CMG(RM1) RONALD dos Santos Santiago

Em Angra dos Reis existe o corredor turístico da ponta leste que é acessado no Km 470 da BR-101 na Vila da Petrobrás. Seguindo 07 km, cerca de 800m antes do Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca, para a direita há uma pequena entrada para o monumento aos mortos do encouraçado Aquidabã e para a esquerda outra pequena entrada para as ruínas do Forte do Leme, sentido praia dos Maciéis. Não há placas indicando estas pequenas entradas e nem os sítios históricos e turísticos existentes.



Em visita a http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=291 em 14 de janeiro de 2017 foram extraídas as seguintes informações:

“O Forte da Ponta do Leme, hoje em ruínas, está localizado na ponta de mesmo nome, na entrada da Baía de Jacuecanga, próximo ao Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG) e ao monumento dos mortos do encouraçado Aquidabã, no município de Angra dos Reis, no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Não há informações sobre o autor do projeto nem se a sua construção, já bastante adiantada em 1912, teria sido uma iniciativa da Marinha ou do Exército. No entanto, as obras foram interrompidas em 1913, quando estava quase concluído. A partir dessa data

ficou sob a guarda do 1º Batalhão de Artilharia da Fortaleza de Santa Cruz, e, posteriormente, do 3º Grupo de Artilharia da Costa da Fortaleza de São João (durante a Primeira Guerra Mundial), até ser ali instalada a 3ª Bateria de Artilharia da Costa, em 1919, por um curto período de tempo. Já em 1920 o forte ficou sem efetivo e a bateria deixou de existir em dezembro de 1921. O forte voltou à guarda de destacamentos do Rio de Janeiro até sua desativação em novembro de 1950 (CASTRO, 2009: 451-52).

A fortificação é formada por dois poços circulares de canhões ligados por túneis ao quartel, dispendo de trilhos no solo, que serviam para transportar as pesadas granadas do Paiol até às peças. Esses poços estão hoje ocupados por dois canhões de 234 mm de calibre, fabricados em 1901 pela empresa Armstrong Whitworth, conforme informações gravadas nos mesmos. A origem desses armamentos é controversa. Barretto afirma que essas bocas-de-fogo seriam do encouraçado Riachuelo (BARRETTO, 1958: 129). Outras fontes refutam essa possibilidade e acreditam que as peças possam ter pertencido ao famoso encouraçado Aquidabã (CASTRO, 2009: 451), que explodiu e afundou nesta mesma baía de Jacuecanga, em 1906.”

Em visita a

http://angra-dos-reis.com/explorando_paraíso/atrativos_culturais/atrativos_forte_leme.htm

em 16 de janeiro de 2017 foram extraídas as seguintes informações:

“ Ruínas do Forte do Leme

Inaugurado no dia 14 de outubro de 1911, o Forte do Leme foi construído pelo engenheiro militar, Capitão Rosalvo Mariano da Silva. Os canhões do tipo Armstrong calibre 234 mm, que pertenceram ao Encouraçado Riachuelo, nunca lançaram balas desde que foram instalados no Forte.

O contraste entre a imponência bélica dos canhões, envoltos numa mata delicada que leva a uma das mais belas praias do litoral de Angra (Maciel) ao mesmo tempo que enferrujam, solitários e abandonados num forte em ruínas, nos faz pensar um pouco no abandono e no pouco caso que fazemos de nossa história, e o quanto essa cultura nos faria entender um pouco a participação destrutiva do Homem na construção do planeta em contraste com as obras da natureza. “

Em consulta a “dissertação apresentada em 2008 por Leilane Patrícia de Lima ao programa de pós-graduação em arqueologia, do museu de arqueologia e etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em arqueologia”, disponível para download em

http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=291

Foram extraídas as seguintes informações:

O Forte do Leme

“Como dissemos no início deste trabalho, o Forte do Leme foi construído na primeira década do século XX e teve sua inauguração no ano de 1911. Sua construção esteve ligada ao objetivo de transformar a região da Ilha Grande em um porto militar. Para tanto, além do Forte do Leme, foi construída a Escola de Grumetes na cidade de Angra dos Reis. Ainda fazia parte deste plano a construção do Arsenal da Marinha, projeto não finalizado.”

Essa estrutura defensiva é composta por quartel, banheiro, uma área cercada e descoberta, paiol e dois fossos circulares (bateria), onde se encontram os canhões (figuras 54a e 54b). Importante aqui destacar que o acesso ao paiol e às peças de artilharia é feito através de galerias subterrâneas. A 150 m desta construção há outra estrutura identificada como a Casa do Comandante (Relatório do Forte do Leme, Ministério do Exército, 1994, p. 1-2). Todas essas construções foram feitas com as técnicas de alvenaria.”

Canhões

“Os dois canhões do Forte do Leme foram fabricados na Inglaterra, na empresa Armstrong & Witworth, no ano de 1901. Essas peças de aço possuem o calibre de 234 mm, e uma massa equivalente a 28.110 Kg. Esse tipo de peça, de alma raiada, era usada no Brasil, a partir de meados do século XIX, para dar ao projétil um movimento de rotação em torno do seu eixo longitudinal, aumentando o alcance e a precisão das armas, além de permitir o uso de projéteis alongados, com cargas explosivas maiores do que as antigas granadas esféricas. Dessa forma, os projéteis poderiam atingir alvos a 6-8 quilômetros de distância (Manual de preenchimento..., p. 32).

Essas peças ainda possuem reparo hidropneumático⁸² de pião central (figura 70), um tipo de reparo de artilharia onde o berço da peça gira sobre um eixo central preso ao solo, ou seja, o recuo da peça é eliminado, no todo ou parcialmente, pela ação de mecanismos hidráulicos e de mola existentes no berço, fazendo com que só o tubo recue durante o disparo (Manual de preenchimento..., p. 55).

BARRETO (1958, p. 218) afirma que estes canhões são navais, pertencentes ao antigo encouraçado Riachuelo⁸³, um dos mais modernos navios da Marinha Imperial Brasileira, que foi desativado em 1910, um ano antes da inauguração do Forte do Leme. Entretanto, apesar de sua potência e grande poder destrutivo, provavelmente os únicos disparos feitos por estas peças, enquanto estavam no Forte do Leme, foi no dia de sua inauguração, com o presidente Hermes da Fonseca, conforme documento histórico citado na Introdução (vide p. 3).”

O Encouraçado RIACHUELO



Consultando “Mendonça, Mário F. e Vasconcelos, Alberto. Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira. . Rio de Janeiro. SDGM. 1943. p.169-170.” Obtem-se o seguinte extrato:

Encouraçado de Esquadra construído pelos estaleiros de Samuda & Brothers, Inglaterra.

Construção começada em 31 de agosto de 1881.

Lançado ao mar: 7 de junho de 1883.

Mostra de armamento: 15 de julho de 1884.

Baixa em 1910 sendo o seu casco vendido a uma casa europeia.

Comprimento: 97,72m

Boca de 15,25m.

Deslocamento de 6000 toneladas.

Máquinas: 2 de 6000 HP para 16 milhas de marcha.

Armamento: 4 canhões Whitworth de 9 polegadas, em duas torres; 6 canhões de 5,5 polegadas; 15 metralhadoras e 5 tubos lança –torpedos.

Seu primeiro comandante foi o CMG Eduardo Wandenkolk. Saiu da Inglaterra em 20 de setembro e chegou ao Rio de Janeiro em 13 de novembro de 1884.

Foi remodelado nos estaleiros da Compagne de Forges-et-Chantiers de la Mediterranée, de Toulon, entre 1893 e 1895.

O Encouraçado AQUIDABÃ

Consultando “Mendonça, Mário F. e Vasconcelos, Alberto. Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira. . Rio de Janeiro. SDGM. 1943. p.21-22.” Obtem-se o seguinte extrato:

Encouraçado de Esquadra construído pelos estaleiros de Samuda & Brothers, Inglaterra.

Mostra de armamento: 14 de agosto de 1885.

Comprimento: 85,40m

Boca de 15,86m.

Deslocamento de 5000 toneladas.

Máquinas: 2 compound de 3 cilindros cada uma e força total de 4500 HP para 14,5 milhas horárias.

Armamento: 4 canhões Armstrong de 9 polegadas, em duas torres; 4 canhões de 6 polegadas; 2 canhões de tiro rápido; 15 metralhadoras Nordenfelt e 5 portinholas para lançamento de torpedos.

Seu primeiro comandante foi o CMG Custódio José de Mello.

Na Revolta da Esquadra foi torpedeado em 16 de abril de 1894. Posto a flutuar e reparado foi para Stettin na Alemanha onde foi remodelado.

Naufragou em 21 de Janeiro de 1906 , em consequência de explosão , na baía de Jacuacanga na Ilha Grande.

Consultando História Naval Brasileira, Volume quinto, Tomo IB. Rio de Janeiro. SDM. 1997. P. 248, referente ao Encouraçado Aquidabã obtem-se o seguinte extrato:

“ Nas operações de resgate, pouco se conseguiu retirar: alguns cadáveres, canhões de pequeno calibre, metralha-

doras e objetos de pouco valor.”

Conforme o texto acima não houve resgate dos canhões de 9 polegadas.



SITUAÇÃO ATUAL DAS RUÍNAS

Pelos documentos citados tudo leva a crer que os canhões foram do encouraçado Riachuelo, considerando que não houve resgate de canhão de 9 polegadas do encouraçado Aquidabã.

O objetivo da matéria é expor o desleixo com a coisa pública, e divulgar a existência destes canhões de grande porte que pertenceram ao encouraçado Riachuelo.

Em visita que realizei no dia 28 de dezembro de 2016 encontrei as ruínas conforme constam das fotografias a seguir:



Antigo quartel



Área cercada à retaguarda do quartel e dá acesso às galerias subterrâneas que chegam aos canhões



Acesso à área cercada e galerias subterrâneas



Acesso ao paiol de munição



Acesso às 2 galerias subterrâneas



Acesso ao fosso do canhão







Marinha do Brasil

AMAZÔNIA AZUL®

O patrimônio brasileiro no mar

SIGA A MARINHA
NAS REDES SOCIAIS

Como ingressar na Marinha do Brasil

Busque informações no site abaixo, Diretoria de Ensino da Marinha, sobre as oportunidades de ingresso na Marinha do Brasil de acordo com o seu nível escolar, idade, sexo etc.

Fique atento à publicação de editais com as instruções específicas para cada processo seletivo.

Informe-se sobre as oportunidades de seguir carreira na Marinha do Brasil. Conheça a sua Marinha!

<https://www.ensino.mar.mil.br/sitenovo/ingresso.html>

<facebook.com/ingressonamarinha>



PROTEGENDO NOSSAS RIQUEZAS, CUIDANDO DA NOSSA GENTE!"



Sociedade Amigos da Marinha do Brasil

Visite o site www.soamar.org

DATAS COMEMORATIVAS DE ABRIL DE 2017

- 01: 59º Aniversário do Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais;**
- 02: 26º Aniversário da Corveta Jaceguai;**
- 03: 54º Aniversário do Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro;**
- 05: 56º Aniversário do Centro de Comunicação Social da Marinha;**
- 08: 23º Aniversário do Centro de Controle de Inventário da Marinha;**
- 10: 32º Aniversário do Navio- Balizador Tenente Boanerges;**
- 11: 5º Aniversário da Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha;**
- 12: 133º Aniversário do Clube Naval;**
- 12: 127º Aniversário do Corpo de Engenheiros da Marinha;**
- 13: 40º Aniversário da Diretoria de Abastecimento da Marinha;**
- 14: 20º Aniversário do Comando do 8º Distrito Naval;**
- 16: 4º Aniversário do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais ;**
- 17: 22º Aniversário do Centro de Perícias Médicas da Marinha;**
- 18: 5º Aniversário da Diretoria de Coordenação do Orçamento da Marinha;**
- 19: 40º Aniversário do Serviço de Assistência Social da Marinha;**
- 22: Dia da Ciência, Tecnologia e Inovação na Marinha do Brasil;**
- 22: 60º Aniversário do Comando da Divisão Anfíbia;**
- 22: 60º Aniversário do Comando da Tropa de Reforço;**
- 23: 43º Aniversário do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Norte;**
- 26: 33º Aniversário do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira;**
- 28: 22º Aniversário do Navio Patrulha Guajará;**
- 28: 2º Aniversário do Centro de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil;**
- 28: 18º Aniversário da Policlínica Naval de São Pedro D ´Aldeia; e**
- 29: 6º Aniversário do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de Aramar.**



A Diretoria da Soamar Campinas apresenta ao aniversariante do mês de Abril 2017 votos de: saúde, felicidades e muitos anos de vida no nosso convívio.

**01 – Adailton Silva;
13 – Márcia Ferraresi Araújo;
20 – Fileto de Albuquerque;
22 – Wesley Pacheco; e
25 – Sônia Finatti.**

Comemoração do Dia Internacional da Mulher no comando do 8º DN

Capitaneada pela diretora das voluntárias Cisne Branco Seccional São Paulo, Sra. Cristina Dall'Antonia, no dia 8 de março, no Centro Cultural da Marinha em São Paulo, comemorou-se o dia Internacional da Mulher. O evento foi constituído de palestra com a consultora de moda Claudia Metne que abordou o tema "moda" e após um delicioso lanche.

Parabéns às Voluntárias Cisne Branco pela tarde dedicada às mulheres. A presidente da Soamar Campinas Christiane Chuffi prestigiou o evento.



Rotary em Ação contou com a presença da Marinha do Brasil, Soamar Campinas e Escoteiros do Mar.

A Lei Federal 6843 de 1980 instituiu o dia 23 de fevereiro como o “ Dia Nacional do Rotariano”. Esta data é o dia da fundação do Rotary Internacional em 1905, portanto há 112 anos.

Em comemoração a esta data os 11 Clubes do Rotary existentes em Campinas realizaram, no dia 19 de março, contando com a parceria da Prefeitura Municipal e de diversas entidades , na praça da Concordia, Distrito Campo Grande, Campinas uma “ Ação Rotária “ – Rotary em Ação, que constituiu em proporcionar à população diversos tipos de atendimento e entretenimento , como: corte de cabelo; exame de vista; teste de hepatite C e HIV; exames de diabetes; aferição de pressão arterial; assistência psicológica; avaliação odontológica; assistência jurídica; apresentações artísticas etc.

A Soamar Campinas, como antiga parceira, uniu-se a este esforço e montou barraca com o apoio do Comando do 8º Distrito Naval para a divulgação das atividades desenvolvidas pela Marinha do Brasil, para a preservação da nossa “Amazônia Azul “ e águas interiores , mediante a apresentação de filmetes e distribuição de folders inclusive sobre as formas de ingresso de homens e mulheres na Marinha do Brasil.

A participação do Comando do 8º Distrito Naval, no atendimento ao público foi realizada pelos seguintes militares: 1º Ten (RM2-CD) LUIZ GUILHERME Colodel, 3º SG-EP Leonardo BARBOSA LIMA, MN(RM2) Bruno de JESUS Santos e MN (RM2) Victor RODRIGUES de Almeida.

O 102º SP Grupo Escoteiro do Mar Velho Lobo, esteve com uma representação composta pelos: Chefe Batata (Valdir Gomes) e escoteiros do mar Danielle Gomes, Daniel Mak e Eduardo Heiras.

Em entrevista, ao vivo, na rádio Brasil, o Sargento Barbosa Lima passou informações sobre como ingressar na Marinha do Brasil e o Chefe Batata sobre as atividades desenvolvidas pelos Escoteiros do Mar. A escoteira Danielle também foi entrevistada e puxou o “grito de guerra dos escoteiros do mar”.

O público compareceu em massa para prestigiar as atividades e na barraca da MB queriam obter informações sobre o ingresso na MARINHA DO BRASIL.







Almoço com o Almirante

No dia 22 o presidente da Soamar São Paulo, Carlos Brancante, promoveu em salão do Círculo Militar de São Paulo mais um tradicional “ almoço com o almirante”.

Considerando que o VA CASTILHO irá passar o comando do 8° DN, no dia 26 de abril, para o VA GUERREIRO, esta foi a sua última participação em evento deste tipo, motivou manifestação do presidente Brancante e do almirante Castilho.

O Soamarino Ney Sucupira, na qualidade de Delegado Regional da ADESG no Estado de São Paulo, aproveitou a oportunidade para entregar ao almirante Castilho uma placa de agradecimento e reconhecimento à sua contribuição como palestrante do 59° Curso de Estudos de Política e Estratégia , turma "Ordem e Progresso".

Prestigiaram o evento entre outras personalidades: o Contra-Almirante (IM) ANTONIO BERNARDO Ferreira que recentemente assumiu o cargo de Diretor de Administração e Finanças da Amazul; o Presidente da SOAMAR Santos, João Bala; o Vice-Presidente da Soamar Santos, Eugênio Pierotti;, a presidente da Soamar Campinas Christiane Chuffi e o CMG(Ref) Sérgio Caldas RESTIER Gonçalves.



SOAMARINO ASSUME A PRESIDÊNCIA DA ACADEMIA CAMPINENSE DE LETRAS

No dia 20 de março o Desembargador Federal do Trabalho Dr. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, em concorrida cerimônia, tomou posse como presidente da Academia Campinense de Letras.

O Dr. Sotero é membro da Sociedade Amigos da Marinha em Campinas, que também tem em seus quadros outro Soamarino como presidente de entidade cultural em Campinas, o Capitão de Mar e Guerra (RM1) RONALD dos Santos Santiago que preside a Academia Campineira de Letras, Ciências e Artes das Forças Armadas.

O Dr. Sotero atualmente é presidente do Rotary Club Campinas Sul, o que motivou também a presença de associados do Rotary, além de soamarinos, presidentes de outras entidades culturais e de membros da justiça do trabalho.

Transmitiu o cargo, após 10 anos na presidência da ACL, o Dr. Agostinho Toffoli Tavolaro que deixou um belo legado de realizações.

Soamarinos que estiveram presentes no evento:

- Christiane Chuffi, presidente;
- Hassem Haluen, 2º Secretário;
- Marino Ziggiatti, 1º diretor secretário;
- Augusto César Scorza, diretor de divulgação e governador do distrito 4590 do Rotary Club;
- Gutemberg Felipe Martins da Silva, Chefe do 102º SP Grupo Escoteiro do Mar Velho Lobo;
- Walter Gabetta, presidente do conselho fiscal;
- Paulo Polleti;
- Arly de Lara Romeo; e
- Ronald dos Santos Santiago.

A Soamar Campinas deseja ao Dr. Sotero, muitas felicidades no desempenho do importante cargo de presidente da sexagenária Academia Campinense de Letras.





Fotos cedidas por Eduardo Florence



PALAVRA DE ESCOTEIRO

Gutemberg Felipe Martins da Silva

Chefe do 102°SP Grupo Escoteiro do Mar Velho Lobo



Encontro Nacional da Modalidade do Mar - ENAMAR

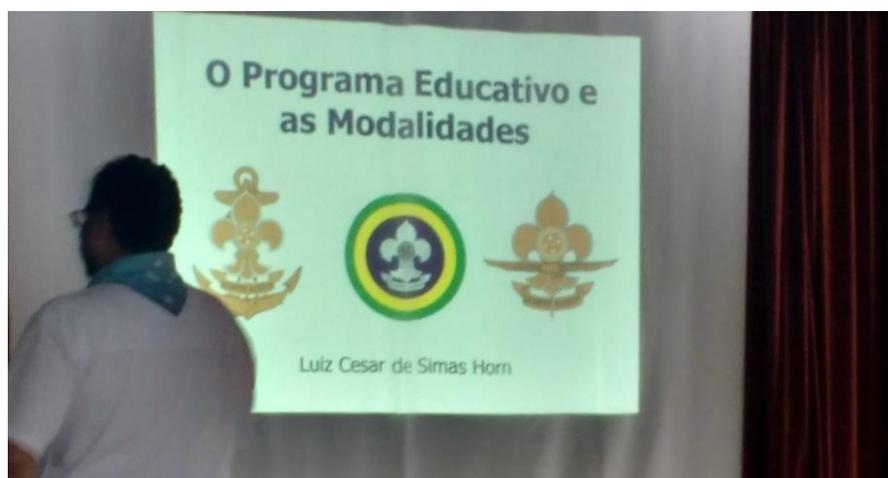
Aconteceu em Curitiba/PR, nos dias 11 e 12 de fevereiro, o Encontro Nacional da Modalidade do Mar, na sede do 16° PR Grupo Escoteiro do Mar Amigo Velho.

O objetivo do evento foi promover o intercâmbio de ideias e experiências sobre as atividades da Modalidade do Mar, criando um ambiente de aprendizado e confraternização.

Participaram do evento Chefes Escoteiros, Dirigentes Institucionais e Pioneiros (jovens com idade entre 18 e 21 anos).



Estiveram presentes representantes das Regiões Escoteiras da Paraíba, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que puderam discutir assuntos de grande interesse para o Escotismo do Mar nacional. Estiveram ainda presente, representantes do Escritório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil.



Entre os temas tratados foram discutidos: o Programa Educativo e as Modalidades; e a padronização do currículo do Curso Técnico da Modalidade (CTMar).



Entre as palestras realizadas, haviam oficinas sobre atividades próprias da Modalidade do Mar para a troca de ideias e informações



A sede do 16º PR Grupo Escoteiro do Mar Velho Lobo é marinheira e muito adequada às atividades. Os presentes ao ENAMAR tiveram a oportunidade de conhecer toda a estrutura e algo que despertou a atenção foi a oficina de embarcações que possuem.





Isso mostrou a todos os Chefes Escoteiros presentes que, mesmo fora do litoral, um Grupo Escoteiro do Mar pode sim ter uma estrutura marinheira à sua disposição e a disposição da boa prática náutica para seus jovens.







O encerramento do ENAMAR foi festejado com um jantar no auditório do Grupo, galanada à moda marinheira. Tudo o que foi discutido deverá ser disponibilizado para as Regiões Escoteiras para que todos os Grupos Escoteiros do Mar possam ter acesso ao conteúdo das sugestões propostas, haja vista que pela dimensão continental de nosso país, muitas Regiões deixaram de ser representadas.



O escotismo nos proporciona esses momentos de conhecimento e de aprendizado.

Junte-se a nós! Sempre Alerta e Bons Ventos!

Escoteiros do Mar!

E por isso cantamos:

“Em cadência firme e sã, nosso peito faz brilhar, o Rataplan, Rataplan, Rataplan, dos Escoteiros do Mar!”

Rataplã do Mar – Hino dos Escoteiros do Mar do Brasil

O escotismo nos proporciona esses momentos de conhecimento e de aprendizado.

Junte-se a nós! Sempre Alerta e Bons Ventos!

Escoteiros do Mar

Escoteiros do Mar!



Contato VELHO LOBO 102/SP – MODALIDADE DO MAR

Chefe Gutemberg Felipe Martins da Silva

**Endereço Comercial (dias úteis): Rua Dr Sales de Oliveira, 251 – Vila Industrial –
Campinas/SP – CEP 13035-270**

**Endereço de Reuniões (sábados): Avenida das Amoreiras, 1430 – Bairro São
Bernardo – Campinas/SP – CEP 13030-405 – EMEF Professora Geny Rodriguez**

Tel: (19) 9.7410.69.52 – ID 55*139*4181

**www.facebook.com/gemarvelholobo
gutemberg@origemconsultoria.com.br**



Palavra do Comandante

Luiz Carlos Cardoso DINIZ
Capitão de Mar e Guerra(CN)
Capelão do Com8ºDN

A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NA MARINHA

Histórico

O Diretor-Geral de Pessoal da Marinha, em 1988, Almirante José do Cabo Teixeira de Carvalho fez um comentário na introdução do opúsculo “Guia Prático do Capelão Naval” (GPCN), editado nesse mesmo ano, falando da presença de Capelães nas Forças Armadas e que os mesmos se faziam presentes desde os primeiros séculos do cristianismo. Ainda, o próprio Imperador Constantino, quando ia para a guerra, se fazia seguir por sacerdotes e diáconos para prestar assistência religiosa ao seu exército, celebrando os rituais sagrados numa tenda capela.

Em 1988, no citado GPCN, temos um relato da presença dos capelães na Armada Real Portuguesa, que remonta à época das grandes navegações. Desde a instituição dos Capelães na Armada em Portugal até a exclusão da Marinha do Brasil, em 1889, as atividades dos Capelães nunca foram regulamentadas por meio de um texto legal e nem foram organizadas similarmente aos dos outros Corpos ou Quadro da Marinha. Quando a Família Real desembarcou no Rio de Janeiro, em 1808, fugindo das tropas Francesas que invadiram Portugal, junto estava o Frade Franciscano Antonio Baptista Abrantes, da Ordem Terceira de São Francisco, que desempenhava a função de professor de línguas árabes, de Confessor da Casa Real e de Capelão-Mor da Armada, função essa que a exerceu até sua morte em 1813, no Rio de Janeiro, durante o reinado de D.João VI.

Encontra-se o primeiro registro de Capelães a bordo dos navios de guerra, no Regimento Provisional de 1568, que determinava que os Capelães dos navios de guerra tivessem precedência a bordo depois dos Capitães-Tenentes, no que diz respeito ao rancho. Dizia também que deveriam confessar os tripulantes no prazo de dois meses, caso eles não acharem confessadas por outro eclesiástico.

O Regimento Provisional de 1796 determinava que os Capelães explicassem o catecismo e a doutrina cristã à tripulação dos navios aos domingos à tarde. Dois anos mais tarde, a Rainha ordenou que os Capelães dos Hospitais da Marinha, a exemplo dos Capelães dos navios, fossem da Congregação da Ordem Terceira de São Francisco e que nos hospitais vencessem os mesmos direitos dos Capelães embarcados.

Percebemos que o serviço realizado pelos Capelães, até aquele momento, era o de guardião da cultura e, portanto, encarregado de levar a formação linguística aos marinheiros embarcados. Ainda, por causa da especificidade da Ordem Franciscana, de modo particular os da Ordem Terceira, são os preferidos da Rainha para a confissão e para aconselhar as consciências dos homens do mar.

No ano de 1803, D. João VI mandou que o Capelão-Mor da Armada fiscalizasse os Capelães dos navios mercantes devido à escandalosa relaxação, porque a bordo dos navios mercantes se costumam omitir os sagrados Preceitos da Igreja. A falta de zelo desses Capelães era devida, em sua maior parte, por serem eles sacerdotes ignorantes. Por isso é que tinham atenção só para o soldo e lucros de alguma clandestina negociação, seguindo-se de abusos tão intoleráveis, a prevaricação dos costumes e ofensa da Religião, que se devia respeitar.

No Brasil, quando surgiam as necessidades, as soluções eram tomadas de acordo com a ocasião. Assim, em 1816, foi criada a Capela de São João Batista no Arsenal de Marinha da Corte, para que todos os indivíduos empregados no Arsenal, nela se ouvissem missas nos dias de preceito. Foi criado o cargo de Capelão para a mesma capela e se nomeou para exercê-lo o Frei de Souza Barros, da Ordem Terceira da Penitência, com o soldo de 12 réis mensais. Os Capelães que eram chamados de “Oficiais do Culto”, tiveram seus vencimentos regulamentados em 1817, onde os equiparavam aos Segundos-Tenentes embarcados.

Como vimos acima, nem sempre os Capelães foram os baluartes das virtudes, algumas vezes sucumbiam à preguiça e ao desleixo nas suas funções sacerdotais, sendo necessário, de vez em quando, chamar-lhes a atenção e corrigi-los.

Durante as lutas da Guerra da Independência, em 1822, se irrompe um levante na Fragata União. Esse levante foi sufocado graças ao auxílio do Capelão da referida Fragata, o Frei Bernardo Borges, que por esse motivo foi agraciado pelo Imperador D. Pedro I com a elevação de seu soldo para 18 mil réis, ainda que desembarcado, por consideração aos distintos serviços de que participou.

Algumas vezes surge um herói, que por amor a sua função de mediador, intervém nos conflitos com sua presença e sua palavra conciliatória, fazendo assim valer sua importância no meio dos militares.

Em fevereiro de 1823, foi reorganizado o serviço de Capelães Militares em todo o Brasil. Segundo Bhilmeyer na sua História da Igreja narra que D. Pedro I quando outorgou a Constituição de 25 de março de 1824, no seu artigo 5º dizia: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do império”. Dom Pedro estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Estado. A tolerância a outros credos permitia que os cultos desses fossem realizados tão somente em casas que não tivessem a forma de igrejas.

Em 1825, devido à diferença de tratamento concedido aos Capelães da Armada, em relação aos do Exército, o Conselho Supremo Militar tomou duas decisões para igualá-los: a primeira, referente ao registro das patentes dos Capelães Navais no próprio Conselho, e a segunda equiparando os soldos aos dos Segundos-Tenentes, por não dever eles terem menor consideração que os Capelães do Exército, os quais gozavam do posto de Tenente. Foi criado, em fevereiro de 1827, o cargo de Capelão no Arsenal da Marinha da Bahia, por causa do grande número de pessoas que viviam nesse Arsenal.

Com a preocupação de alfabetizar os tripulantes dos navios de guerra, o Regente da coroa criou, em 1833, o cargo de Mestre de Escola a bordo e determinou que nas embarcações em que houvesse Capelão, ele seria o encarregado de dar aquelas lições de instrução primária, científica e religiosa. Essa atividade parece que não foi bem absorvida pelos Capelães da Armada. Constantemente eram publicados avisos e decretos onde eram reiterados aos Oficiais do Culto a obrigatoriedade de exercer tal função.

O aviso de 22 de maio de 1860 deixava claro que “não bastava a simples escusa dos Capelães para serem eximidos da obrigação” e o Decreto de 5 de fevereiro de 1872 dizia que os Capelães da Armada “serão obrigados a servir de professores de primeiras letras e de doutrina cristã nos corpos, estabelecimentos e navios em que estiverem empregados”.

Em 1860, quando foi realizada a reorganização do Arsenal de Marinha do Império, o cargo de Capelão do Arsenal da Marinha da Corte é restituído e são criados os dos Arsenais de Pernambuco, Pará e Mato Grosso. De acordo com esse decreto, os Capelães deveriam celebrar as missas, ouvir as confissões dos que residiam nos Arsenais, ensinar a doutrina cristã e dar aulas de catecismo às Praças da Companhia de Aprendizes-Artífices e demais Aprendizes dos Arsenais. Os Capelães dos Arsenais da Corte, da Bahia e de Pernambuco, além do soldo, receberiam uma gratificação de 500 mil réis quando servissem de professores de primeiras letras. Esses vencimentos foram reajustados e regulamentados em 1872, ficando estabelecido que, além do soldo, os Capelães também teriam direito às gratificações devidas por serviços no Império ou no exterior.

O Ministro da Marinha determinou em 1874, por meio de um Aviso, que apenas as Companhias de Aprendizes-Marinheiros que tivessem mais de 100 menores alistados deveriam ter Capelães em seus Quadros. Nos casos em que essas somas não se efetivassem, os Capelães deveriam ser substituídos por um “Oficial Marinheiro” que tivesse habilitação necessária.

No relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa em 1874, o Ministro da Marinha informou que o Corpo de Capelães, a exemplo do Exército, necessitava de organização regular e pediu autorização da Assembléia para

retirá-los do Quadro de Oficiais extranumerários, onde não tinham garantias, pois o Ministro não considerava isso justo. Esse mesmo pedido foi reiterado pelo Ministro no seu Relatório de 1877, onde, mostrou a necessidade da criação do Corpo de Capelães da Armada, e citou novamente o Corpo Eclesiástico existente no Exército. Ainda, solicitou o restabelecimento do cargo de Capelão-Mor e a autorização para a criação da Repartição Eclesiástica da Marinha. Sem qualquer alteração em sua organização, os Capelães da Armada permaneceram no Quadro de Extranumerário, apesar dos insistentes pedidos dos Ministros da Marinha, até que, com a Proclamação da República, em 1889, foram demitidos da Armada Nacional.

Desde a independência do Brasil, quando se deu a reorganização dos Capelães Militares, que se vê a labuta em colocar tais sacerdotes como funcionários da coroa, e, além disso, fazê-los ensinar aos ignorantes das letras. Somente na ausência deles é que se poderia colocar outro, desde que tivesse qualificação para isso. Vê-se a necessidade de igualar o tratamento entre os Capelães, não importando onde eles estivessem sendo empregados.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, teve como um dos seus principais postulados a separação da Igreja e do Estado. Nessa ocasião, se encontravam no Ministério da Marinha 11 capelães extranumerários, assim distribuídos: um na Escola da Marinha, um no Corpo de Marinheiros Nacionais, um no Hospital da Marinha do Rio de Janeiro e um em cada uma das oito Escola de Aprendizes-Marinheiros.

O Ministro Eduardo Wandenkolk não publicou nenhum ato que denunciasse esse rompimento. A Marinha foi eliminando os cargos de Capelães nos órgãos anteriormente citados a partir de 1890, por meio das alterações dos respectivos regulamentos no que se refere ao pessoal. Um Aviso determinou aos comandantes das Escolas de Aprendizes que as funções desempenhadas pelos Capelães passassem para os professores de primeiras letras. Ainda no mesmo mês de maio, o Hospital da Marinha teve seu novo Regulamento aprovado, onde é omitida, na parte referente ao pessoal, a figura do Capelão. O mesmo também aconteceu com o Corpo de Marinheiros Nacionais, que teve seu regulamento aprovado pelo Decreto de 21 de agosto de 1890. E, por fim, a Escola da Marinha, que alterou o seu regulamento em janeiro de 1891, retirando da parte de pessoal o cargo de Capelão, que era exercido pelo Monsenhor José Joaquim Pereira da Silva, licenciado desde meados do ano 1889, para tratamento da saúde.

Com o advento da República, separando a Igreja do Estado, a Marinha foi a única que procurou manter os Capelães no seu meio, por saber da importância deles no meio dos marinheiros, até que o último expirasse.

Em meio aos horrores da guerra que se travava na Europa, mas cuja consequência respingava no Brasil, e com o envio das tropas brasileiras para o conflito armado, foi necessário que o Governo desse todo apoio ao seu pessoal. E por causa disso, em 1944, portanto, mais de meio século de separação entre a Igreja e o Estado, o Governo de Getúlio Vargas aprovou, em 26 de maio, o Decreto-Lei nº. 6.535, que criou o Serviço de Assistência Religiosa junto às Forças Armadas, em operações de guerra. O referido Decreto, também assinado pelos três Ministros Militares, afirmou que a assistência religiosa contribuía para fortalecer as energias morais, a disciplina e os bons costumes. O Serviço de Assistência Religiosa ficou subordinado ao Ministério do Exército, a quem também coube regulamentá-lo, até o final da Segunda Guerra Mundial, quando foi instituído, em caráter permanente, com o nome de Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

Em 1949, o Regulamento do Serviço de Assistência Religiosa tem alterado o seu Art. 5º, para criar uma direção única para os três ministérios – a Chefia do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas ficou junto ao Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 1964, o Consultor-Geral da República Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um parecer onde, historiando os resultados positivos com a Assistência Religiosa aos combatentes da última grande guerra, recomendou a equiparação ao posto de Capitão, com direitos aos vencimentos e vantagens do posto, efetivação e assegurou que: “[...] ao efetivar os quantos capelães militares que contem ou que venham a contar cinco anos de serviço, constitui medida necessária e inadiável para expungir o regulamento aprovado pelo Decreto nº 21.045/46, em seu Art. 10º, dos vícios que o maculam.”

A consultoria Jurídica, no ano de 1965, emitiu um parecer sobre a situação do capelão militar em exercício, aguardando o ato exoneratório. Depois de examinar a situação do Capelão Militar Amarílio da Silva Leite, que em 1960 foi considerado definitivamente incapaz para o serviço do Exército e, não podendo prover sua sobrevivência, requereu reforma, no que foi indeferido por contrariar o Decreto nº. 21.495/46, que em seu Art. 16, letra b, diz que ele deveria ser exonerado e não reformado, porém tal fato não se consumou. Continuou o capelão no exercício do cargo. Embora a lei mandasse que se fizesse isso, contudo somente cinco anos depois do seu pedido é que o

processo foi estudado, e, portanto, ultrapassou o tempo necessário para sua efetivação, ficando assim reformado e não exonerado.

No que se refere à transferência para a Reserva Remunerada dos Capelães, a Consultoria-Geral da República negou esse benefício, no seu parecer de 11 de junho de 1967, porém voltou a pedir a Previdência da República que moldasse a realidade, via de legislação atualizada a situação dos capelães, visto que, àquela altura, já não era possível discussão sobre a condição de Militar dos Capelães.

O Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas foi reestruturado em 1971, sofrendo diversas modificações: seriam considerados em extinção os quadros de Efetivos de Capelães Militares das três armas; os capelães militares com estabilidade assegurada permaneceriam no posto de Capitão com todos os direitos e deveres relativos aos oficiais da ativa; fixou ainda a idade limite para a permanência no Serviço Ativo em 60 anos; ficou extinta a Chefia do Serviço da Assistência Religiosa, com o seu exercício junto ao Estado-Maior das Forças Armadas; ainda, mandou que os Ministros Militares expedissem as normas referentes ao processamento dessa Lei em 90 dias.

Esse processamento foi aprovado em 16 de fevereiro de 1972, por meio do Aviso do Ministro da Marinha que, entre outras medidas, criou uma Chefia junto à Diretoria de Assistência Social da Marinha; estabeleceu que esta Chefia fosse exercida por um Capelão Militar de livre escolha do Ministro da Marinha; que o Chefe do SARM tivesse honras de Capitão-de-Mar-e-Guerra; e que os Subchefes Regionais do SARM tivessem honras de Capitão-de-Corveta. Posteriormente, o Ministro da Marinha autorizou ao Capelão, Chefe do SARM, o uso das platinas e insígnias relativas ao posto de Capitão de Mar e Guerra e aos Capelães Subchefes Regionais do SARM o uso relativo ao posto de Capitão de Corveta.

Os fatos históricos acima mencionados foram para recordar quão antiga é a presença dos Capelães no meio militar naval. E como nunca havia sido dado um texto legal, se verá como foi grande o passo dado pelo Papa Pio XII, ao criar o Vicariato Castrense em 1950.

O Serviço de Assistência Religiosa da Marinha

A Constituição Federal o inciso II do art. 37 nos remete à investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.

O ingresso de Capelães no meio Militar Naval teve sua primeira turma concursada em 1994, com o ingresso em 26 de janeiro de 1995. E por causa da demanda das diversas confissões protestantes no meio naval, a presença de um pastor como capelão naval, se fazia assim necessária, justamente para atender os ditames da Constituição e da lei específica que trata deste assunto.

Capelães Protestantes na Marinha

Na primeira turma concursada apareceu, entre os aprovados e selecionados, um Pastor Protestante Presbiteriano. Com isso, o Quadro de Capelães Navais (QCN) passou a contar com um Pastor Protestante no seu meio. No ano seguinte, 1996, mais um Pastor integrou o Quadro. E nos anos seguintes começam a ingressar mais novos Pastores. De modo que, até o presente momento, o QCN, conta com a presença de 14 Pastores Protestantes que atuam na MB, seguindo por ordem de antiguidade, assim estão representados: 01 da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil, 01 da Igreja Presbiteriana do Brasil, 05 da Convenção Batista Brasileira, 07 da Convenção Geral dos Assembleianos de Deus no Brasil.

A presença dos Pastores Protestantes na Assistência Religiosa nas Forças Armadas não constitui parte do Acordo entre a Santa Sé com o Governo Brasileiro, por ser uma atividade confessional díspare daquela contemplada no referido Acordo e por causa disso, não são contados como membros do Ordinariado Militar. Contudo, eles existem e atuam nas três forças, bem como nas forças auxiliares. Então como ficam os Pastores Protestantes no meio da assistência religiosa?

Os Pastores que hoje se encontram nas Forças Armadas, por motivos religiosos e históricos são chamados de Protestantes, desde que o monge agostiniano e professor de teologia em Vitemberg, Martinho Lutero iniciou o seu movimento em questões religiosas.

E como reza a CF no art. 37, II, os Pastores foram concursados para exercerem tal serviço no meio militar. Eles são Ministros Religiosos e Capelães Militares, e como tal, ficam dentro do Quadro de Capelães da Marinha, sob

a jurisdição do Capelão Chefe, mas não sob o poder do Ordinariado Militar. As orientações de disciplina, coordenação e orientação das atividades realizadas pelos Pastores na Marinha ficam todas a cargo do Capelão Chefe.

A presença de Pastores como Capelão e Militar, se tornou algo novo na Marinha, e por isso, precisava de algumas adaptações. Por exemplo, o distintivo seria o mesmo dos Padres? Como o primeiro em qualquer situação, desenha o futuro, o primeiro Pastor da Marinha, o Presbiteriano Paulo Roberto Muniz Gomes, não viu necessidade em alterar a cruz, conhecido símbolo que distingue os Capelães. Na Marinha do Brasil a cruz continuou sendo o símbolo dos Capelães Católicos e Protestantes, ainda que nas outras forças, os Pastores ostentem como distintivo um livro aberto com uma vela acesa em seu meio, para distinguir-se dos Padres, que usam apenas a cruz.

Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila (1990 – 2005), quando Ordinário Militar, assumiu uma postura bem ecumênica, abraçando todos os Capelães: Padres e Pastores. Quando ele convocava os Capelães para os retiros, compareciam tanto os Padres quanto os Pastores. Os temas nos retiros eram sempre destinados à formação religiosa e pastoral dos sacerdotes e isso fez com que os Pastores sentissem outras necessidades. O tempo e as circunstâncias fez com que os pastores – sempre com a permissão do Ordinário – procurassem um momento de formação específica. Os Pastores passaram a se reunir no mesmo local do retiro, mas à parte, para que tivessem seu momento específico de formação e de celebração.

Com o advento do novo Ordinário Militar, Dom Osvino José Both (2006), se pôde perceber uma nova postura a partir das convocações para os retiros anuais: só para os sacerdotes. Esta sua nova postura do Ordinário Militar, se respalda no artigo I do Acordo com a Santa Sé: “um Ordinariado Militar para a assistência religiosa aos fiéis católicos, membros das Forças Armadas”.

Por conta desta nova postura, os Pastores passaram a ficar à margem dos Encontros Nacionais de Capelães. Contudo, a ação dos Pastores Protestante nas Capelarias é uma realidade e está integrado ao Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

Chefia do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM)

O Capelão Chefe, como responsável direto por todos os Capelães em sua força, fica assim também com a responsabilidade do cuidado destes Capelães não-católicos. Por conta do que foi dito acima, consta no Planejamento Anual da Chefia do SARM, tempo e atenção aos Pastores para orientação na prática pastoral e para avaliação de suas atividades. Nessa atitude, percebemos tanto uma ação ecumênica quanto uma atitude madura.

Assistência Religiosa

Toda a necessidade religiosa sentida pelos militares, servidores civis, seja da ativa quanto da reserva, bem como seus dependentes, tem encontrado na pessoa do Capelão este apoio. O trabalho do Capelão tem sido observado na realização de catequese para as crianças, na perseverança dos pré-adolescentes, nos encontros dos jovens, nos encontros de casais, nos círculos bíblicos, nas orientações espirituais, aconselhamentos, celebrações de missas, confissões, no cuidado com as capelas, nas peregrinações aos santuários, entre outras tantas realizações, tem marcado as atividades dos Capelães e não apenas na distribuição dos sacramentos, como era no passado remoto. Ainda, o Capelão tem se mostrado presente como amigo junto de todos que necessitam. Esta aproximação para confortar a alma acontece quando ele percebe, quando o procuram ou quando lhe é informado. A simples distribuição dos sacramentos, como meio privilegiado da santificação dos cristãos, não estava sendo mais suficiente, ainda mais quando se vive numa sociedade tão liberal e permissiva quanto a nossa.

O mais urgente dessa ação pastoral é a evangelização: levar os homens e as mulheres do meio militar a conhecerem a pessoa de Jesus Cristo! Uma pessoa, não um conceito ou uma informação filosófica-religiosa. A descoberta da pessoa chamada Jesus, feita por cada cristão, enquanto não acontecer, toda ação pastoral fica apenas na epiderme da conversão, não chegando ao seu coração, lugar decisivo de sua transformação.

Uma vez que todas as Organizações Militares têm sua missão específica, o Capelão busca neste universo descobrir um espaço para anunciar Jesus, mas nem sempre o consegue, seja pela insegurança no ambiente, seja pelo desafio do ambiente multireligioso. Ele acaba por aprender que o mundo militar é uma terra de missão. E se faz necessário usar de toda criatividade para exercer o seu ministério, sem perder a alegria de ser “sal na terra” num mundo ainda anestesiado para o sobrenatural, para o sagrado, para Deus. A busca dos cristãos adormecidos continua sendo sua missão.